

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ABSOLUTISMO FRANCÊS

Letícia Rodrigues FOGAÇA¹

Orientadora: Prof^a. MSc. Dinamene Gomes Godinho Santos

Resumo

Este artigo trata do processo de formação da monarquia francesa, em que os interesses políticos e econômicos do rei se sobressaem, acabando com a estrutura do feudalismo. A burguesia surge como uma nova classe social, e se transforma economicamente forte e disseminadora nesse processo da formação da monarquia francesa. Percebe-se, sob outro aspecto, o processo de consolidação das monarquias como sendo um dos mais evidentes sinais das transformações que assinalavam a crise do sistema feudal e a construção do sistema capitalista. Conclui-se que a monarquia de hoje tal como, a do Reino Unido, com a rainha Elizabeth II, e os demais integrantes da monarquia possuem papéis sociais mais simbólicos que políticos, já, durante o período do absolutismo, o rei tinha um papel muito importante tanto no setor político, econômico e também religioso sendo considerado quase um Deus.

Palavras-Chaves

Rei, absolutismo, burguesia, centralização de poder.

Introdução

Hoje em dia, pegando como exemplo a mais famosa das monarquias, a monarca do Reino Unido, rainha Elizabeth II, e os demais integrantes da monarquia, vê-se que possuem papéis sociais mais simbólicos que políticos. Conhecendo essa monarquia de hoje, não se pode dar conta do poder que a mesma possuía em outros tempos.

Neste artigo será analisada a formação da monarquia francesa, e o processo de desenvolvimento do absolutismo, observando a figura do monarca, símbolo de defesa, de paz, tanto para os camponeses quanto para os nobres.

Os reis franceses tinham como marca a sustentação pela fé católica, fato implementado já no reinado de Carlos Magno, quando, no natal do ano 800, o próprio Papa o corou como Imperador do Sacro Império Romano Germânico, tornando-o o guardião da Igreja Católica. Posteriormente, isso serviu de base para o desenvolvimento da tese do Direito Divino.

¹Graduanda em História das Faculdades Integradas Regionais de Avaré – e-mail: leticyarodrigues@hotmail.com.br

Mas, como essa crença no poder divino do rei influenciou no poder político e social daquela época? Qual era o interesse do rei em derrubar a organização política feudal, e como a burguesia se transformou em sua aliada nesse processo? Quais seriam os interesses da burguesia em apoiar a monarquia no processo de centralização política?

De fato, o processo de consolidação das monarquias foi um dos mais evidentes sinais das transformações que assinalavam a crise do sistema feudal e a construção do sistema capitalista. Sendo assim, compreender os diversos atores envolvidos nesse processo e os aspectos ideológicos utilizados na concretização da centralização torna-se crucial para a compreensão do próprio significado do poder monárquico, particularmente em sua fase absolutista.

A descentralização do poder no modo de produção feudal

Durante o Feudalismo, sistema sócio-econômico desenvolvido na Idade Média, a sociedade era composta por três diferentes extratos. Os nobres compunham os exércitos, juravam lealdade uns aos outros, faziam guerra por toda Europa e protegiam os interesses dos seus reis. Os camponeses trabalhavam exaustivamente, produzindo toneladas de alimentos, que eram usufruídos pelos senhores feudais, pois, tecnicamente, os senhores eram donos de tudo. Algumas vezes mal deixavam comida suficiente aos camponeses para que não passassem fome durante o ano.

Os camponeses, que trabalhavam muito cultivando e fornecendo alimentos e riquezas para os outros, compunham o terceiro estamento da sociedade feudal. Nessa sociedade tripartida havia, ainda, o clero, voltado aos assuntos da Igreja e à salvação da alma dos fiéis, ocupando o topo dessa pirâmide.

Por último, intervém também a sanção religiosa: a igreja, cujos altos cargos recrutam-se entre os poderosos, e os demais entre a massa camponesa livre, insere-se com firmeza no sistema feudal; agrupa imensos senhorios, graças à doações (de forma feudal) que lhe fazem camponeses e grandes senhores. Limita as violências – sobretudo aquelas que, sendo entre senhores, quebrariam a requerida solidariedade, mas assegura a subordinação moral das classes trabalhadoras, restritas no cotidiano a manter, mediante seu trabalho e seu produto, a classe “que combate” e a “que reza”, A superestrutura institucional e espiritual está perfeitamente montada. (PARAIN, 1988, p.26)

Cada grupo social dependia do outro, os camponeses precisavam serem defendidos pelos nobres contra invasores, para que pudessem cuidar dos alimentos que seriam

consumidos pelos senhores e religiosos. Estas três camadas da sociedade eram estáticas, ninguém passava de uma para a outra.

As classes sociais do século IX haviam-se constituído não no atoleiro de uma civilização. As relações entre poderosos proprietários agrários e camponeses escravizados, que haviam sido para os romanos a forma de desagregação sem esperança do mundo antigo, eram agora, para a nova geração, o ponto de partida de um novo desenvolvimento. (PARAIN, 1988, p.30)

Assim era socialmente estruturado o sistema feudal, com economia agrária, de subsistência e autossuficiente, isto é, cada lugar produzia seu próprio alimento, praticamente não existindo comércio.

Em termos políticos, o feudalismo se caracterizava pelo poder descentralizado, isto é, embora existisse um rei, este tinha um poder figurativo, pois cada senhor feudal governava seu feudo de forma independente.

As relações entre a nobreza eram baseadas no sistema de suserania e vassalagem. A fim de obter proteção e apoio, os senhores feudais procuravam por um senhor mais poderoso, jurando-lhe fidelidade. Chamava-se vassalo o nobre que pedia proteção a outro. Essa aliança era consolidada pelo senhor mais poderoso, o suserano, por meio da concessão de um feudo, que podia ser constituído de terras ou bens, ou de ambos, em troca de obediência e fidelidade. Nesse sistema, o vassalo devia várias obrigações ao seu suserano, em função disso, quanto maior o número de vassalos, maior o prestígio e poder de um suserano. “Entretanto, a principal característica da relação de vassalagem era a vocação guerreira do vassalo, pois ser fiel significava, antes de tudo, defender o senhor nas lutas que caracterizaram o cenário medieval durante séculos.” (MICELI, 1988, p. 36)

A crise do sistema feudal

Embora essas características do sistema feudal tenham sobrevivido até, pelo menos, o século XV, já no século XI, é possível verificar certa instabilidade nesse sistema.

1º causa: O aumento demográfico, ocorrido a partir do século XI multiplicou, não somente o extrato servil, mas também a nobreza. Assim como o aumento de consumo, cada vez mais exigentes, criando a necessidade de uma maior renda. Em função disso, houve um aumento considerável na exploração do trabalho do servo, com aumento de impostos e também do tempo de trabalho. Isso levou a produção dos servos para sua própria sobrevivência a um nível mínimo de subsistência.

2º causa: A crise feudal teve várias manifestações separadas, mas sempre interligadas entre si. No âmbito econômico, a crise era decorrente da exploração agrícola predatória, com novas técnicas de produção, mas mantendo a exploração extensiva que era típica do Feudalismo.

De fato na época de expansão, o aumento da produção fora conseguido mais com a ampliação da área cultivável do que com a utilização de tecnologia mais avançada. Assim, aquele incremento produtivo era frágil e apresentava claros limites, pois só poderia se manter com a anexação constante e indefinida de novas áreas cultiváveis. (FRANCO JR., 1983 p.79)

3º causa: Durante o século XIII ocorrera uma expansão das áreas agrícolas, em algumas regiões o cultivo de cereais em grande escala foi roubando terras da pecuária, fazendo com que a produtividade de carnes, leite e derivados caíssem.

Essa busca por aumentar terras para a agricultura provocou várias alterações ecológicas, como o desmatamento de florestas na França, resfriamento do clima e as violentas chuvas que atingiram a maior parte da Europa, que entre 1314-1315, provocaram colheitas desastrosas. Como consequência, os preços de trigo triplicaram, o que gerou o aumento da fome por toda a Europa.

4º causa: O crescimento demográfico populacional, também alavancou esta crise e determinou a busca por novas terras, já que o modo de produção disponível não era capaz de atender suficientemente o ritmo de desenvolvimento da época. A falta de alimentos fez com que houvesse uma rápida expansão dos centros urbanos, e uma grande aglomeração de pessoas sem condições de saneamento e higiene, então desconhecidas naquele tempo, com isso abre-se caminho para várias epidemias, e um grande aumento da mortalidade.

Com a crise agrícola de 1315-1317, a fome e a subnutrição foram acompanhadas por epidemias e a mortalidade elevou-se rapidamente. Nos campos ingleses ela passou de 40 mortos por cada mil habitantes para 100 por mil. Na cidade belga de Ypres, uma das mais importantes da Europa, pelo menos 100% da população morreu no curto espaço de seis meses em 131. (FRANCO JR., 1983, p.80)

Os índices de mortalidade aumentaram sensivelmente e, no século XIV, uma população debilitada pela fome teve que enfrentar uma epidemia de extrema gravidade: a Peste Negra.

A "Peste Negra" 1348- 1349 – é a mais célebre; mas o característico não é o aparecimento dessas calamidades (já haviam ocorrido muitas outras), mas a sua repetição e seu resultado: numerosas aldeias despovoadas, numerosas terras abandonadas. A constituição, por cima da estrutura política feudal, dos primeiros Estados nacionais provoca guerras terríveis. (PARAIN, 1988, p.31)

A peste não escolhia vítimas, morriam homens, mulheres, crianças, nobres, clérigos e camponeses, considerados por muitos um castigo divino contra os hábitos pecaminosos da sociedade. “Como todas as demais manifestações da crise geral do Feudalismo, a peste deve ser vista como um fator interno a ele.” (FRANCO JR., 1983, p.81)

Durante este período, a produção agrícola caiu, houve uma escassez de alimentos e de bens de consumo, os militares diminuíram, a nobreza empobreceu, e a linhagem nobre foi sumindo aos poucos. Inúmeras guerras também contribuíram para aumentar a mortandade e tornar a situação da Europa mais difícil.

Com a diminuição da população a mão de obra tornava-se cada vez mais escassa. Isso levou os senhores feudais a aumentar ainda mais a exploração sobre os camponeses, o que gerou inúmeras revoltas por parte destes, ameaçando não só o poder, como a própria vida dos senhores feudais.

No século XIV, em todos os países da Europa Ocidental, torna-se evidente que o regime feudal tinha deixado de ser favorável, no que se diz ao desenvolvimento das forças produtivas. “Esta crise foi global, com todas as estruturas feudais sendo fortemente atingidas. Portanto, é claro, a manifestação da crise em cada setor refletia-se nos demais, num complexo entrecruzamento.” (FRANCO JR., 1983 p.78)

Em contra partida, o aumento da exploração servil gerou um excedente de produção que, em parte, alimentou o renascimento comercial e o desenvolvimento urbano. O comércio, ainda incipiente, era praticado nas feiras que se realizavam nas vilas ou perto dos castelos e outros lugares fortificados. Inicialmente periódicas, as feiras tornaram-se permanentes, propiciando o aparecimento de núcleos urbanos, os chamados burgos. A partir dos burgos, desenvolveram-se novas cidades, ao mesmo tempo em que ganharam vida as mais antigas, que não haviam desaparecido por completo.

A possibilidade de se verem livres das obrigações impostas pela servidão atraiu os camponeses para essas nascentes áreas urbanas. A cidade medieval estimulou a fuga dos servos que almejavam viver como trabalhadores livres.

No princípio, os comerciantes colaboraram na liberação de camponeses, pois isso era um meio de luta contra os senhores feudais – ocasião para a compra da terra aos nobres privados da mão de obra, ou aos camponeses proprietários. Por meio da liberação de camponeses e de sua migração para as cidades, também se conseguia mão de obra barata para a manufatura e o comércio. (LE GOFF, 1991, p.52)

No início, toda a população do burgo chamava-se burguesia; posteriormente esse termo passou a designar apenas comerciantes, banqueiros e alguns artesãos enriquecidos.

Desde os primeiros tempos medievais, grupos de comerciantes e artesãos sobreviviam à margem da vida no campo, e foi daí que se originou uma massa urbana com modo de vida bastante diferente do que vimos até aqui. Esses grupos habitavam os burgos (de onde lhes veio o nome com que passariam a ser conhecidos), lugares fortificados onde um pequeno número de pessoas acumulava forças que seriam responsáveis pela própria destruição do sistema feudal.

Depois do século XI, a palavra burguês passou a significar algo diretamente oposto ao feudalismo, e burgueses eram principalmente os mais destacados comerciantes e artesãos. Além de praticar o comércio, para espanto inicial principalmente da Igreja, os mais ricos emprestavam dinheiro e exigiam que ele fosse devolvido acrescido de juros. (MICELI, 1988, p.46)

Nesse período de crise, a burguesia começa a ganhar espaço e importância, tornando-se um grupo social de maior poder político e, sobretudo, econômico.

Século XII e que formava um "proletariado clerical", isto é, quebrava-se aos poucos a identidade clero-nobreza, recrutando-se os eclesiásticos também em outras camadas sociais. Nestas condições, a nobreza precisava renovar seus quadros com elementos de outras origens, através de casamentos com membros da burguesia, da burocracia monárquica e mesmo do campesinato mais rico. Portanto, quebrava-se a rigidez social anterior, passando-se de uma sociedade de ordens, na qual cada indivíduo é de determinada camada, condição estabelecida desde o nascimento por ordem divina, para uma sociedade estamental, na qual o indivíduo está num certo grupo social, o que pressupõe a possibilidade de mudança. Concretamente, as transformações sociais mais importantes deram-se entre os laboratores. (FRANCO JR., 1983, p.84)

A burguesia nascia da própria dinâmica feudal, da crise que desestruturava aquela sociedade, e continuava por si só a ganhar terreno. O autor Hilário Franco Junior (1983) relata como a burguesia se estabeleceu como uma nova classe social em plena crise.

Por seu racionalismo e individualismo, se opunha à religiosidade e coletivismo feudais. Por sua própria origem marginal e campo- nessa, quebrava a rigidez e a hierarquia sociais. Não é de se estranhar, portanto, que um sermão do século XIV afirmasse que "Deus fez os clérigos, os cavaleiros e os trabalhadores, mas o demônio fez os burgueses e os usurários. (FRANCO JR., 1983, p.84)

A centralização do poder, ou o surgimento dos Estados Nacionais, aparece desta forma, como uma solução política para a nobreza manter sua dominação. A partir da grande crise feudal, o poder do Estado que antes era descentralizado, ou seja, os senhores feudais denominavam leis, preços e pesos, passa a ser centralizado, assim o rei detém o poder soberano, se tornando igual ao governo, surgindo assim os Estados Nacionais.

A crise política do Feudalismo foi representada pela reconstituição dos 'poderes públicos, ou mais especificamente pela centralização monárquica. Como já vimos, os reis feudais tinham sido inicialmente muito mais suseranos que soberanos, ou seja, seu poder se efetivava fundamentalmente pelos laços vassálicos. (FRANCO JR., 1983, p.86)

Assim, percebe-se que com a crise o poder passa para as mãos dos reis. E para que haja uma estruturação do poder eles contam com uma ajuda de crédito da nova classe social, a burguesia que surge em um momento de terror para aquela época.

O processo de centralização do poder na Europa

Em meio ao caos e as grandes tribulações da crise feudal, quando epidemias e fome acabaram por desestruturar a sociedade feudal, surge uma nova classe social a burguesia, que logo se vê querendo um espaço melhor naquela sociedade.

Entretanto, a busca por melhores espaços de atuação da burguesia na sociedade não se limitava às relações de solidariedade entre os pares, era imprescindível a conquista de aliados externos, capazes de fazer frente ao poder dos senhores feudais.

O fato de cada feudo cunhar suas próprias moedas e os diferentes sistemas de pesos e medidas existentes em cada feudo trazia enormes problemas à burguesia. Além disso, os senhores feudais cobravam pedágio às caravanas de mercadores que utilizassem as estradas de seus feudos, onerando ainda mais a burguesia. Um poder centralizado e forte poderia, entre outras coisas, resolver esses problemas e ainda oferecer proteção às rotas comerciais.

Com esses interesses em jogo, a burguesia ajudou no processo de centralização de poder, pois interessava a ela um governo forte capaz de organizar a sociedade. Para tanto, a burguesia deu total apoio político e financeiro aos reis, com a finalidade de que os reis unificassem a moeda, os impostos e criassem um sistema administrativo que fosse eficiente, e também fornecesse segurança dentro dos reinos. “Por seus interesses na centralização política e seu consequente apoio à monarquia, contribuía para o recuo da aristocracia.” (FRANCO JR, 1983, p.84).

Ao longo do tempo a aproximação entre a burguesia e o rei colocou fim à fragmentação do poder, entretanto isso não significava a exclusão da nobreza, que durante as cruzadas se enfraqueceu devido aos gastos da mesma.

Com a centralização de poder, a classe burguesa teve real importância no setor político e econômico, sendo, já nesse período, a classe que detinha a propriedade e o controle dos meios de produção.

Assim, a burguesia contribuía com o dinheiro, o rei com todas as medidas administrativas e também servia de mediador entre os dois grupos: a nobreza e a classe burguesa nos seus interesses, pois a nobreza havia empobrecido e a burguesia era a única que podia ajudar na economia naquele momento. Com isso, esse processo serviu para que

houvesse a centralização de poder nas mãos dos reis e a conseqüente formação dos Estados Nacionais, que mais tarde se tornariam monarquias absolutistas.

O Estado Nacional predominava porque as vantagens oferecidas por um governo central forte, e por um campo mais amplo de atividades econômicas, eram do interesse da classe média como um todo. Os reis sustentavam-se com o dinheiro recolhido da burguesia, e dependiam, cada vez mais, de seu conselho e ajuda no governo de seus crescentes reinos. (HUBERMAN, 1974, p. 84)

O Estado Absolutista: justificativas teóricas

No período medieval, o rei era apenas um nobre entre outros e dependia dos exércitos de vassallos para manter ou ampliar seus domínios territoriais. O monarca moderno, ao contrário, tornou-se de fato o senhor de todos os senhores e construiu seu poder com base em um exército permanente e em uma vasta burocracia. O regime estabelecido por esses reis foi denominado “absolutismo monárquico”, um processo de centralização política no qual todo poder se concentrava nas mãos do rei.

Diversas teorias foram formuladas na época, tentando justificar um poder que só se submetia a Deus. Dentre elas, cabe ressaltar o pensamento de Jean Bodin (1530-1596), Thomas Hobbes (1588-1679) e Jacques Bossuet (1627-1704)

Jean Bodin, jurista francês, dedica boa parte de suas reflexões políticas à questão da indivisibilidade da soberania. Para esse pensador a ausência de soberania leva, necessariamente, a um governo de natureza anárquica. A seu ver somente o rei era detentor da soberania o que lhe dava poder supremo sobre seus súditos, sem nenhuma limitação, a não ser a lei divina. As ideias defendidas por Bodin abriram caminho para o fortalecimento da teoria do Direito Divino dos reis.

[...] Nada havendo de maior sobre a terra, depois de Deus, que os príncipes soberanos, e sendo por Ele estabelecidos como seus representantes para governarem os outros homens, é necessário lembrar-se de sua qualidade, a fim de respeitar-lhes e reverenciar-lhes a majestade com toda a obediência, a fim de sentir e falar deles com toda honra, pois quem despreza seu príncipe soberano despreza a Deus, de Quem ele é a imagem na terra. (BODIN, *apud* MARQUES et al, 1990, p. 62-63)

Já Thomas Hobbes distancia-se da teoria do Direito Divino ao defender a ideia da soberania através de um contrato realizado entre os súditos e seu rei. Para Hobbes, o homem em estado de natureza tem direito a tudo, isto é, um autogoverno que necessariamente leva à anarquia social, onde não há segurança nem paz. Em seu livro *Leviatã*, Hobbes desenvolve a

teoria de que os seres humanos, em troca de segurança, conferem toda autoridade a um soberano e, em função disso, o poder do soberano sobre os súditos é absoluto.

O único caminho para erigir semelhante poder comum, capaz de defendê-lo contra a invasão dos estrangeiros e contra as injúrias alheias, assegurando-lhes de tal modo que por sua própria atividade e pelos frutos da terra poderão nutrir-se a si mesmos e viver satisfeitos, é conferir todo o seu poder e fortaleza a um homem ou a uma assembléia de homens, todos os quais, por pluralidade de votos, possam reduzir suas vontades a uma vontade. Isto equivale a dizer: eleger um homem ou uma assembléia de homens que representem a sua personalidade; e que cada um considere como próprio e se reconheça a si mesmo como autor de qualquer coisa que concernem à paz e à segurança comuns; que, além disso, submetam suas vontades cada um à vontade daquele, e seus juízos a seu julzo. Isto é algo mais que consentimento ou concórdia; é uma unidade real de tudo isso em uma e mesma pessoa, instruída por pacto de cada homem com os demais, de tal forma como se cada um dissesse a todos: *autorizo e transfiro a este homem ou assembléia de homens meu direito de governar-me a mim mesmo, com a condição de que todos vós transferireis a ele vosso direito, e autorizareis todos seus atos da mesma maneira.* Feito isto, a multidão assim unida em uma pessoa se denomina Estado, em latim, *Civitas*. (HOBBS, *apud* MARQUES et al, 1990, p.61)

O bispo Bossuet, teórico do século XVII, também justifica a soberania através da teoria do Direito Divino. Para Bossuet, o poder real era também o poder divino, pois os monarcas eram representantes de Deus na Terra, sendo assim, os reis tinham o direito de controlar totalmente a sociedade. O súdito que se voltasse contra ele estaria questionando o próprio Deus.

Três razões fazem ver que este governo é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão... é que esse governo é o que interessa mais na conservação do Estado e dos poderes que o constituem: o príncipe, que trabalha para seu Estado, trabalha para seus filhos, e o amor que tem pelo seu reino, confundido com o que tem pela sua família, torna-se-lhe natural... A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais... A inveja, que se tem naturalmente daqueles que estão acima de nós, torna-se aqui em amor e respeito; os próprios grandes obedecem sem repugnância a uma família que sempre viram como superior e à qual se não conhece outra que a possa igualar... O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus... Os reis... são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor, e deve obedecer-se-lhe sem murmurar, pois o murmúrio é uma disposição para a sedição. (BOSSUET, *apud* MARQUES et al, 1990, p. 62)

O processo de formação do absolutismo na França

O processo que levaria ao absolutismo monárquico na França teve início ainda na Baixa Idade Média, quando o poder era fragmentado nas mãos dos senhores feudais, momento também em que se iniciam as relações mercantis que darão início ao capitalismo.

A longa crise do sistema feudal europeu contribuiu para o surgimento de um discurso que manifestava a necessidade de paz interna, que somente poderia ser obtida num regime

forte, onde o rei era tudo e poderia tudo, podendo assim evitar o império da desordem e da dissolução.

Perry Anderson mostrou como a centralização do poder nas mãos do rei atua para preservar o poder feudal ameaçado pelo vigor crescente da burguesia e de outros agentes dissolventes da velha ordem.

[...] de tal modo, que o poder de Estado, pretense e mediador adquire momentaneamente um certo grau de autonomia em relação a elas. Assim aconteceu com a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, que manteve o equilíbrio entre a nobreza e a classe burguesa. (ANDERSON, 1989, p. 15)

O surgimento dessa fé no rei já veio com a tradição da cristã. Todos acreditavam que, para ser um rei e ungido por esse poder, teria que ser dotado de duas características: a 'consagração' e a 'linhagem sagrada'. Enfim, a Igreja usava de todo um artifício para fortalecer a crença da figura divina do rei na mentalidade daquela sociedade.

Assim, como aquele que nasce de vós é dito de origem senatorial, assim também aquele que vem da família dos descendentes de Amala – diante da qual toda a nobreza perde o brilho – é digno de reinar"; e o mesmo príncipe, misturando conceitos germânicos com um vocabulário romano, falava do "sangue dessa família, consagrado à púrpura". (BLOCH, 1993, p. 71)

Portanto, o poder do rei, ou o rei como ser divino, se corporificou aos olhos dos homens durante aquela época, afinal o sinal divino acompanhava todas as ações importantes. "Com o sinal-da-cruz, o rei manifestava aos olhos de todos que exercia em nome de Deus seu poder miraculoso." (BLOCH, 1993, p.92)

Já no século XII, com a dinastia Capetíngia, a monarquia francesa começa uma nova fase, empreendendo uma política que fosse capaz de executar os domínios sobre os senhores feudais e estender os seus domínios reais.

Nesse período de grandes conflitos é importante destacar o monarca Felipe II, que consegue formar um grande exército, mantido pelos impostos cobrados ao longo do território nacional, e também dá início ao processo de centralização política na França. Segundo Perry Anderson, esse processo foi algo lento e também interrompido por diversos fatores.

"A lenta centralização concêntrica dos reis Capeto, discutida anteriormente, chegou a um final abrupto com a extinção da linhagem em meados do século XIV, o que constituiu o sinal para a eclosão da Guerra dos Cem anos." (ANDERSON, 1989, p.85).

A Guerra dos Cem Anos foi motivada por uma antiga disputa econômica entre a monarquia francesa e a inglesa.

Já sobre o governo da dinastia de Valois, a Guerra dos Cem anos foi um longo conflito entre a Inglaterra e a França entre os anos de 1337 e 1453, com intervalos. Entre os fatores que a provocaram, destacam-se a intenção do rei francês de afastar a rica região de Flandres do controle inglês e o fato de o rei inglês reivindicar direitos sucessórios em relação ao trono francês.

A guerra dos Cem Anos comprometeu a centralização política, mais também deu sua contribuição, como por exemplo, a emancipação fiscal e militar da monarquia em relação à antiquada organização política medieval, assim no fim do século XV, a monarquia se mostrou fortalecida, pois agora poderia contar com um exército forte, remunerado e regular, que se revelou como uma artilharia decisiva para conquistar a vitória, o que deu força e riqueza à realeza. “De tal modo, a Guerra dos Cem Anos legou à monarquia francesa impostos e tropas permanentes, mas pouco fez por uma nova administração civil em escala nacional.” (ANDERSON, 1989, p.85).

Em 1516, essa força da realeza foi representada na concordata de Bolonha, que colocou a Igreja sob o comando da autoridade monárquica, permitindo que o rei dispusesse dos bens eclesiásticos, fizesse convocações ou apenas autorizasse concílios, nomeasse bispos e abades, também garantia ao rei a utilização das rendas dos bispados e abadias vagos.

Funcionários jurídicos – *osmaitrês de requêtes*– entenderam gradualmente os direitos jurídicos da monarquia e os *parlements* passaram a ser intimidados por sessões especiais na presença do rei, ou *lits de justice*. O controle das nomeações na hierarquia eclesiásticas foi conquistado pela Concordata de Bolonha, assinada com o papa. (ANDERSON, 1989, p.89)

Mas o rei ainda precisava de um grupo para se apoiar economicamente, neste caso a burguesia, que foi se mostrando como responsável pelas atividades comerciais, e com uma experiência de longo prazo, tendo real importância para a acumulação primitiva de capitais. Nesse contexto, observa-se a importância da aliança entre essa nova classe social – a burguesia – que pedia ordem e segurança, e os Estados Nacionais, que buscavam meios de fortalecer seu poder político. Leo Huberman (1974) retrata a gratidão do rei em relação à burguesia, na citação abaixo.

O rei foi grato aos grupos comerciais e industriais que lhe possibilitaram contratar e pagar um exército permanente, bem equipado com as últimas armas. Repetidas vezes recorreu à nascente classe de homens de dinheiro, para empréstimos e doações. (HUBERMAN, 1974, p.81)

Entretanto, na segunda metade do século XVI, a sucessão de monarcas medíocres como: Francisco I, Carlos IX e Henrique II, representou um recuo do absolutismo, sobressaindo a figura de regente da rainha-mãe, Catarina de Médici. Nesse período, o reino francês se encontrava envolvido em uma rivalidade entre as famílias aristocráticas. Dentre as de maior destaque encontravam-se os Guise e os Bourbon, que contestavam a autoridade do rei. Como consequência dessa disputa, se deu as guerras de religião, onde os Guise defendiam o catolicismo e os Bourbon lideravam os calvinistas.

As guerras civis que grassaram após Cateau - Cambrésis foram, evidentemente, desencadeadas pelos conflitos religiosos resultantes da reforma. [...] serviu como uma arena para a aglutinação de virtude todos os tipos de conflitos políticos internos característicos da transição para o absolutismo. (ANDERSON, 1989, p. 90)

Deste modo, pode-se dizer que o catolicismo era algo feudal, ao mesmo tempo em que o calvinismo estava associado aos anseios da burguesia.

Essas guerras civis foram cada vez mais favorecendo o desenvolvimento de um poder absoluto, que se reforça durante o reinado do primeiro monarca Bourbon, Henrique IV, que em seu governo propiciou uma política economicamente eficaz, adotando práticas mercantilistas, incentivando a economia agrícola, estimulando a indústria e comércio, também desenvolveu a criação de manufaturas, favoreceu a exportação, e deu início a colonização da América. Segundo Pierre Vilar:

Uma nova era abria-se para o capital mercantil, mais fecunda que a das repúblicas mediterrâneas da Idade Média, porque desta vez construía-se um mercado mundial e seu impulso afetava todo o sistema produtivo europeu, e porque grandes Estados, e não mais simples cidades, daí iriam aproveitar-se para se constituírem. (VILAR, 1975, p. 41)

Em 1598, com a assinatura do Édito de Nantes, o reino se tranquiliza, pois isso asseguraria aos protestantes a liberdade de consciência e de culto; livre acesso em cargos públicos, e também o fim da guerra com a Espanha pela Paz de Vervins, mais facilitada após a campanha vitoriosa de Fontaine-Française de 1595. Mas, com tantas vitórias, o rei Henrique IV, despertava muito ódio contra ele, houve vários complôs e tentativas de assassinato, um dos quais, em 1610 tirou sua vida sendo apunhalado por um fanático. (ANDERSON, 1989)

Com a sua morte a França cai em uma dor profunda, e quem assume o trono é a regente Maria de Médicis, a rainha-mãe. Em meio a uma grave crise financeira, a mesma convocou os Estados-Gerais, que fez surgir um representante do clero, o bispo Richelieu.

Em 1617, Luís XIII, herdeiro de Henrique II, também chamado de “o justo” assume o trono da França em meio à desordem generalizada, destacando em seu governo o primeiro ministro Richelieu, que se empenhou em consolidar o absolutismo e projetar a França, aplicando um mercantilismo comercialista.

O reinado de Luís XIII foi marcado por diversas lutas, por vezes violento entre católicos e protestantes ou huguenotes franceses, e por inúmeras conspirações contra o ministro Richelieu.

Entretanto, na monarquia francesa, surge um rei que detém o poder absoluto, Luís XIV, filho do rei Luís XIII, conhecido como o “Rei Sol”, tornou-se o símbolo supremo do absolutismo francês, sendo considerado rei em 1643, com apenas cinco anos de idade, devido à morte de seu pai, mas só assumiu ao trono em 1661 no auge dos seus vinte e dois anos, após a morte do primeiro ministro o Cardeal Mazarino.

Em seu governo não havia nenhuma limitação imposta pela constituição ou pela legislação, logo no início ele acaba com o cargo do primeiro ministro e mantém apenas um administrador de finanças, quatro secretários e um chanceler. Para Luís XIV, o Estado é arrecadador de impostos; é soldado ou o recrutador de soldados, ou seja, “O Estado sou eu”, frase do rei que define bem como era seu governo.

Luís XIV, embora vivendo em meio à sociedade de corte, havia se tornado seu único centro, e isso em uma medida que ultrapassava a de todos os seus antecessores. O equilíbrio de forças entre o rei e a nobreza da qual ele fazia parte tinha sido totalmente deslocado. Entre ele e o restante dos nobres havia agora uma enorme distância. Mas apesar de tudo, tratava-se de uma distância dentro da mesma camada social. (ELIAS, 2001, p.163)

Luís XIV pretendia demonstrar o caráter divino de sua personalidade, acreditava que tinha o direito sagrado, e também total poder, por conseguinte, ele seria o representante direto de Deus na Terra, sendo assim ninguém poderia contestar os poderes do rei, isso poderia acarretar a morte do indivíduo que o fizesse. “O rei adquire o poder necessário para pôr a Igreja – o poder eclesiástico – sob o braço secular.” (POMER, 1986, p.26).

O sistema político que o rei Luís XIV exercia era indiscriminado, com mínima interferência da sociedade, afinal era o rei, e foi escolhido por Deus.

Luís XIV desejava centralizar a administração do reino e tornar a nobreza dependente, por isso deu início à construção do palácio de Versalhes, que seria a sede do governo francês, e também símbolo de superioridade e poder.

Mas bastaria a França enfrentar sucessivas guerras, para que Luís perdesse sua popularidade, como a guerra da Liga de Augsburgo e a Guerra de Sucessão Espanhola; esta que por si causaria a fome generalizada e endividaria o reino francês.

Em 1685, Luís XIV revogou o Edito de Nantes, procurando obter uma uniformidade religiosa na França, essa intolerância religiosa provocou a saída do país de aproximadamente 500 mil protestantes, entre os quais ricos representantes da burguesia. O fato teve consequências graves para a economia francesa, originando sérias críticas ao absolutismo monárquico.

Os sucessores de Luís XIV, Luís XV (1715 – 1774) e Luís XVI (1774- 1792), deram continuidade ao regime absolutista, mas enfrentaram crescentes oposições das camadas populares e dos setores da burguesia, esses reis caíram no descrédito de seus súditos, perderam várias guerras, a fome volta a reinar, pois a produção de alimentos baixou devido a condições climáticas, com consequência os preços aumentaram. Com todos esses fatores, em 1789, deu-se início a Revolução Francesa, que colocaria fim à monarquia absolutista no país.

Considerações Finais

Conclui-se que o processo da formação da monarquia francesa, foi fundamental, pois antes a sociedade era socialmente estruturada em um sistema feudal. O feudalismo foi um modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais, passando do feudalismo para o capitalismo sendo guiado com a ajuda financeira da burguesia, que esperava do rei segurança e também que fosse reconhecida como nova classe social.

O Rei buscava a centralização do poder em suas mãos e por isso se fez como ser divino, um exemplo foi o rei Luís XIV, como autor da frase “O Estado sou eu”, em que pretendia mostrar seu caráter divino. Durante seu reinado, concedeu incentivos fiscais à burguesia de modo a favorecer as manufaturas, e aplacaria a influência da nobreza ao distribuir favores, desta maneira obteve sucesso em controlar ambos os grupos sociais. O súdito que se revogasse contra a lei do rei também estaria contrariando as leis de Deus. Nesta época, surgiram várias teorias políticas para justificar e explicar tão grande poder, como por exemplo, Jean Bodin, no livro “A República”, defendia o fortalecimento do Estado, gerando uma soberania inalienável e indivisível por parte do soberano, também Thomas Hobbes, em “O Leviatã”, que dizia que o rei não precisava justificar seus atos perante ninguém, já Jacques Bossuet dizia em sua obra “A política inspirada na Sagrada Escritura”, que o monarca seria o

representante de Deus na Terra, e assim, suas vontades seriam infalíveis, não cabendo aos súditos questioná-las.

Essa pesquisa pôde concluir que o poder absolutista na França foi o caminho necessário para a instauração e desenvolvimento do capitalismo. A burguesia apoiou o rei enquanto este era necessário para o alcance de seus objetivos. Tão logo ela se estruturou economicamente, o rei se tornou um obstáculo para sua ascensão política e então, ela mesma deu início ao movimento que acabaria com o absolutismo.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: O carácter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FRANCO JR, Hilário **O Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HUBERMAM, Leo. **História da riqueza do homem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- LE GOFF, Jacques. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARQUES, A.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História Moderna através de textos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990.
- MELLO, José Roberto. **O Império de Carlos Magno**. São Paulo: Ática, 1990.
- MICELI, Paulo. **O Feudalismo**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.
- PARAIN, Charles. **Do Feudalismo ao Capitalismo: uma discussão histórica**, 5.ed. São Paulo: Contexto, 1988.
- POMER, Leon. **O Surgimento das Nações**. 2. ed. Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.
- VILAR, Pierre. **Capitalismo Transição**. 2. São Paulo: Moraes.1975.